

HABEAS CORPUS Nº 515.049 - SP (2019/0167151-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAROLINA COSTA FIÃES BICALHO - RJ162569
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADILSON JUNIOR ANJOS DE JESUS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ADILSON JUNIOR ANJOS DE JESUS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0001138-22.2018.8.26.0535).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 583 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 67/75), tendo em vista que (e-STJ fl. 68):

[...] no dia 08 de maio de 2018, no período matutino, na Rua Aripuanã, altura do n. 120, bairro Cumbica, nesta cidade e Comarca de Guarulhos, agindo em concurso e com unidade de desígnios com o adolescente M.M. DOS S. (16 anos), trazia consigo e guardava, para fornecimento a terceiros, 49 (quarenta e nove) porções de Cannabis sativa L, com peso líquido de 107,9g, e 12 (doze) porções de cocaína, com peso líquido de 3,36g, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar. (Grifei.)

Interposta apelação, os desembargadores da Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça negaram provimento ao recurso defensivo (e-STJ fls. 59/66). Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 60):

Apelação - Tráfico de entorpecentes - Recurso da defesa – Pretendida a aplicação do redutor previsto no artigo 33, § 4º, da Lei de Drogas e a fixação de regime inicial mais brando – Descabimento - Inviável aplicação da causa de diminuição de pena (tráfico privilegiado) - Regime inicial fechado adequadamente estabelecido – Recurso não provido.

Neste *writ*, a Defensoria Pública aponta constrangimento ilegal decorrente do não reconhecimento do tráfico privilegiado e da imposição do regime

inicialmente fechado para cumprimento da reprimenda.

Sustenta que, apesar de o paciente ser primário, ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não foi aplicada com fundamento na quantidade e na variedade de drogas apreendidas em poder do acusado.

Ressalta, porém, que esses fundamentos não obstam a concessão do pretendido redutor, já que tal argumentação não encontra respaldo em nenhum dispositivo legal.

Assevera que, com a aplicação da benesse e a redução da sanção final, o regime prisional deve ser abrandado para o aberto.

Dessa forma, requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar no regime aberto o julgamento deste *habeas corpus*. No mérito, postula a aplicação da causa especial de diminuição da pena com a confirmação da liminar (e-STJ fls. 3/10).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao

tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

